CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

I N D I C A Ç Ã O N. 29/71

Aprovada em 20.9.1971

O Conselho delega à Secretaria da Educação, sem prejuízo de sua competência originária, atribuições para instruir processos referentes à admissão nas funções docentes nos estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pelo Estado, inclusive para opinar a respeito.

PROCESSO : CEE N. 1126/71
INTERESSADOS: CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE ENSINO DO TERCEIRO GRAU
AUTOR : CONSELHEIRO PAULO GOMES ROMEO

Considerando

1. Que a Coordenadoria do Ensino Superior da Secretaria da educação (CESESP), desde a sua instalação, dentro de suas finalidades de coordenação dos Institutos Isolados de Ensino Superior mantidos pelo estado, vinha instruindo, analisando e ao final decidindo sobre os processos de contratação, recontração e demais atos de provimento de cargos ou funções docentes para aqueles Institutos, dentro de suas então atribuições, tendo para isso organizado a sua estrutura.

2. Que por força da lei 10.403 de 6 de Julho de 1971 a competência para decidir sobre estes assuntos passou para o Conselho Estadual de educação.

3. Que o decreto n. 52.330, de 22 de dezembro de 1969, entre as funções da CESESP inclui a de assessorar o Conselho Estadual de Educação.

4. Que, presente à reunião da Câmara de 3º grau realizada em 13.9.71, o professor Dorival Teixeira Vieira ilustre Coordenador da CESESP julgou não ser possível, mas bastante desejável a cooperação da CESESP com o Conselho no que tange o assunto em tela.

5. Que, por força do artigo 20, item XII, da lei 10.403, pode o Conselho delegar a Secretaria da Educação encargos de fiscalização e de acompanhamento dos Institutos Isolados de Ensino

Superior mantidos pelo estado

6. Que finalmente a análise, instrução, bem como a emissão de opinião pela CESESP sobre os processos referentes a assuntos dos itens 1 3 2, constituem parte desta fiscalização, que pode ser delegada, oferecemos a consideração da Câmara o seguinte projeto de deliberação, que, se aprovado, será encaminhado ao Egrégio Conselho Pleno:

PROJETO DE DELIBERAÇÃO

O Conselho Estadual de Educação, no uso de suas prerrogativas e nos termos do art. 2º item XII da Lei 10.403 de 6. 7. 1971, sem prejuízo de sua competência originária, delega a Secretaria da Educação atribuição para instruir, analisar e emitir opinião sobre proposta de admissão, contratação, renovação ou prorrogação de contratos, alterações contratuais e outros atos da mesma natureza referentes ao pessoal docente dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior mantidos pelo Estado.

A presente resolução vigorará até 30 de setembro de 1972.

Sala das Sessões da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 20 de setembro de 1971.

aa) Conselheiro Paulo G. Romeo - Presidente e Relator
Conselheiro Aldemar Moreira, Padre
Conselheira Amélia Americano Domingues de Castro
Conselheiro Luiz Cantanhede Filho
Conselheiro Luiz Ferreira Martins
Conselheiro Moacyr Expedito Marret Vaz Guimarães
Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello
Conselheiro Wlademir Pereira